

Boletim 52 - fevereiro de 1994
JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO
ADMINISTRATIVO - CREA - INSCRIÇÃO

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. CREA-PE. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. EMPRESA DE ENGARRAFAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA MINERAL. INSCRIÇÃO. OBRIGATORIEDADE INEXISTENTE.

- O registro de empresas nas entidades competentes para a fiscalização das diversas profissões só é obrigatório em razão da atividade básica por elas desempenhada ou em face de prestarem serviços técnicos a terceiros, relativos àquela atividade. Exegese do art. 1º, da Lei nº 6.839, de 30.10.80.

- Precedente. AC nº 4.940-RN, Rel. Juiz Orlando Rebouças.

- Manutenção da sentença que entendeu desnecessária a inscrição e indevida a multa aplicada.

Apelação Cível nº 28.576 - PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 20 de outubro de 1993, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO - GAE

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DOS SERVIDORES CIVIS DO PODER EXECUTIVO - GAE. LEI DELEGADA Nº 13/92. INCIDÊNCIA SOBRE O VENCIMENTO BÁSICO. APELO IMPROVIDO.

- Nos termos do art. 1º da Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, as gratificações de atividade de pessoal civil ali instituídas incidem sobre o vencimento básico dos servidores, nos casos e condições ali estabelecidas.

- Apelo improvido.

Apelação em Mandado de Segurança nº 34.866 - SE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 14 de dezembro de 1993, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - HORÁRIO DE TRABALHO - CONTROLE

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. HORÁRIO DE TRABALHO. MEIOS DE CONTROLE.

- A empresa industrial que mantém relógio de ponto para o controle da frequência de seus operários, no estabelecimento fabril, e apenas um quadro de horário, para controle da frequência de seus empregados de escritório, em número não superior a dez, atende às exigências da lei trabalhista, sendo desprovida de fundamento a multa por infração ao art. 74, p 4, da CLT.

Apelação Cível nº 20.497 - SE

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 01 de julho de 1993, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - FISCAIS DO IAA - APROVEITAMENTO COMO AFTN

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. FISCAIS DO IAA. APROVEITAMENTO COMO AUDITORES FISCAIS DO TESOURO NACIONAL. IMPOSSIBILIDADE.

1 - A interpretação da Constituição deve ser feita inspirada na lição de José Joaquim Gomes Canotilho: "O princípio da unidade da Constituição quando com ele se quer significar que o direito constitucional deve ser interpretado de forma a evitar contradições (antinomias, antagonismos) entre as suas normas e, sobretudo, entre os princípios jurídicos-políticos constitucionalmente estruturantes." (Direito Constitucional, 4ª ed., pág. 162, 1989).

2 - Não pode haver aproveitamento de servidor público no cargo de Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, quando a pretensão é feita por quem não se submeteu a concurso público específico para a referida carreira.

3 - Os Fiscais de tributos do IAA, autarquia extinta, devem ser aproveitados em cargos de atribuições iguais às que então exerciam e com vencimentos do mesmo nível. Impossível enquadrá-los na categoria de Auditor Fiscal do Tesouro Nacional.

4 - Impossível, também, enquadrar-se servidores em qualquer quadro de carreiras sem a existência de vagas.

5 - Todo o atuar da Administração está vinculado ao princípio da legalidade. Impossível se aplicar qualquer tipo de interpretação extensiva aos dispositivos legais que permitem aproveitamento de servidor.

6 - O aproveitamento de servidor em disponibilidade não tem por fim lhe proporcionar ascensão funcional.

7 - Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 35.831 - CE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 14 de dezembro de 1993, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - FGTS - OPÇÃO RETROATIVA - FALTA DE PROVA

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. FGTS.

- Falta de prova da opção retroativa para efeitos de manutenção do sistema de juros progressivos.

- Apelo improvido.

Apelação Cível nº 36.825 - AL

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 07 de dezembro de 1993, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - FORO - REAJUSTE

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. TERRENO DE MARINHA. ENFITEUSE. REAJUSTE DO FORO. NÃO VIOLAÇÃO AO DIREITO ADQUIRIDO.

1 - A norma inscrita na Lei nº 7.450/85, que determinou o reajuste dos valores dos foros a serem pagos à União, em razão de enfiteuse, não implicou em ofensa ao direito adquirido, porquanto apenas adequou os valores respectivos à realidade econômica atual. Precedentes jurisprudenciais.

2 - Apelação improvida.

Apelação Cível nº 21.521 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 07 de dezembro de 1993, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - MILITAR - REFORMA

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. MILITAR. CARDIOPATIA GRAVE. REFORMA.

- A cardiopatia grave, ensejadora de invalidez para todo e qualquer trabalho, autoriza a reforma do militar, com remuneração correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir na ativa. (Lei 6.880/80, art. 108, V, c/c o art. 110, § 1º).

- Apelo provido.

Apelação Cível nº 9.269 - RN

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 16 de dezembro de 1993, por maioria)

ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO - VALOR DAS BENFEITORIAS

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. VALOR DAS BENEFITÓRIAS FIXADO PELO ASSISTENTE TÉCNICO DO EXPROPRIANTE SUPERIOR AO DO LAUDO OFICIAL. VALOR DA TERRA NUA A MAIOR EM DECORRÊNCIA DO LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO, DE PRECISÃO DUVIDOSA, EFETUADO PELO EXPROPRIANTE. REDUÇÃO DESTA AO VALOR ENCONTRADO PELO PERITO OFICIAL, A PARTIR DA AFERIÇÃO DA ÁREA, ATRAVÉS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO.

- O quantum ofertado pelo expropriante, ao se revelar superior ao do laudo oficial, não deve ser reduzido ao valor deste último, vez que inexistente a obrigatoriedade do magistrado de se ater ao laudo oficial, além da entidade expropriante, ao ofertar o preço da indenização, ela própria o haver considerado, implicitamente, justo.

- Dada a imprecisão do levantamento de área efetuado pelo expropriante, afirmando o próprio Juiz a quo ser o levantamento topográfico realizado pelo

vistor oficial mais confiável, deve-se acatar o valor da área encontrado no laudo oficial, reduzindo-se, por conseguinte, o valor relativo à terra nua, na proporção do abatimento do valor da área constatada no levantamento do expropriante.

- Apelo parcialmente provido.

Apelação Cível nº 36.590 - CE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 02 de dezembro de 1993, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - FINSOCIAL - CONSTITUCIONALIDADE

EMENTA:

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI Nº 8.212/91. CONSTITUCIONALIDADE.

- O Finsocial, na forma prevista no Decreto-Lei nº 1.940/82, foi recepcionado pelo art. 56, do ADCT, e, por isso mesmo, a Lei nº 8.212/91, art. 23, I, não criou nova contribuição, mas apenas a adaptou à nova Carta Magna.

- O previsto na parte final do art. 33, da Lei nº 8.212/91, é irrelevante para a configuração de ser inconstitucional ou não a exigência desse tributo, especialmente quando se assegura por imposição legal que os recursos integrarão o orçamento da Seguridade Social.

- O art. 195, I, da Constituição Federal, ao instituir contribuições sociais sobre o faturamento para financiar a Seguridade Social, não está vinculado ao disposto no art. 154, I, da Constituição Federal. Em consequência, o fato gerador e a base de cálculo da referida contribuição podem ser os mesmos do ICMS e do ISS.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 21.534 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 14 de dezembro de 1993, por unanimidade)

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - MS - INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO IMPETRADO

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA.

- Mandado de segurança visando a obter efeito suspensivo para agravo de instrumento interposto de despacho concessivo de liminar em cautelar inominada.

- Participação de funcionário da CEF em etapa de processo seletivo interno para o cargo de dentista.

- Matéria de competência da Justiça Laboral.

- Incompetência absoluta do Juízo impetrado.

- Segurança concedida.

Mandado de Segurança nº 30.313 - CE

Relator: Juiz Paulo de Tarso Ramos

(Julgado em 20 de outubro de 1993, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PENAL

PENAL - PECULATO - NULIDADES - INEXISTÊNCIA

EMENTA:

PENAL. NULIDADES ARGÜIDAS. INEXISTÊNCIA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. PECULATO. COBAL. DELITO CONSUMADO.

1 - Não há cerceamento de defesa se o defensor, não obstante intimado para os fins do art. 499, do Código de Processo Penal, permanece em silêncio.

2 - Se a ação penal, ao ser instaurada, não encontra mais o acusado em situação de funcionário público para fins penais, não se aplica o art. 514 do CPP.

3 - Havendo inquérito policial, não há necessidade de serem obedecidas as formalidades exigidas pelo art. 514 do CPP, quando se trata de apuração de delito contra a administração pública.

4 - Não se decreta nulidade sem demonstração de prejuízo.

5 - O empregado celetista (COBAL) de empresa pública é equiparado, para efeitos penais, a funcionário público (art. 327, § 1º, do CP).

6 - Autoria e materialidade do delito de peculato definidas com certeza e objetividade. Prova real que prestigia condenação. Apropriação de dinheiro em razão do cargo.

7 - Sentença mantida. Apelação improvida.

Apelação Criminal nº 801 - SE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 14 de dezembro de 1994, por unanimidade)

PENAL - PIS - SAQUE DE COTAS - USO DE CERTIDÃO FALSA

EMENTA:

PENAL. SAQUE DE COTAS DO PIS. ART. 171, DO CP.

- Uso de certidão de casamento falsificada.

- Inexistência de dolo.

- Conduta que se deveu a terceiros.

- Absolvição que se impõe.

- Apelação improvida.

Apelação Criminal nº 513 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 14 de dezembro de 1993, por unanimidade)

PENAL - SERVIDOR - APROPRIAÇÃO DE VALORES

EMENTA:

SERVIDOR. APROPRIAÇÃO DE VALORES. NULIDADE DO PROCESSO INOCORRENTE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. CONFISSÃO DO FATO NARRADO NA DENÚNCIA.

- Impossibilidade de aplicação de atenuantes quando a condenação foi imposta no mínimo legal e não se demonstrou a ocorrência do crime de peculato por erro de outrem.

- Incabimento da suspensão condicional da pena se esta é superior a dois anos.

- Preliminares rejeitadas.

- Apelação improvida.

Apelação Criminal nº 594 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 14 de dezembro de 1993, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PREVIDENCIÁRIO - ABONO DE PERMANÊNCIA - AUSÊNCIA DE CONTAGEM RECÍPROCA

EMENTA:

PREVIDENCIÁRIO. ABONO DE PERMANÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONTAGEM RECÍPROCA.

APLICABILIDADE.

1 - Comprovado que o autor não contabilizou o tempo de serviço para contagem recíproca para fins de aposentadoria, reconhece-se-lhe o direito a perceber abono de permanência em serviço correspondente a 20% (vinte por cento) do salário de benefício do mesmo, corrigido de conformidade com a variação do salário mínimo desde a data do requerimento administrativo.

2 - Apelação improvida.

Apelação Cível nº 14.901 - PE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 01 de dezembro de 1992, por unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO - CÁLCULO

EMENTA:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO. CÁLCULO. REQUISIÇÃO DE ELEMENTOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

- O abrandamento técnico pelo qual o processo de liquidação tem passado, principalmente em questões de natureza previdenciária, impõe a manutenção do sistema de requisição de informação à administração pública.

- Consegue-se, com economia, a transformação da liquidação que seria feita por outro rito em liquidação por cálculo, de rito bem mais simplificado.

- A renda inicial, à data de concessão do benefício, o seu valor e as evoluções mensais encontram-se em poder da autarquia previdenciária, a quem cabe o ônus de fornecê-los à Justiça.

Agravo de Instrumento nº 2.551 - RN

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 11 de novembro de 1993, por unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - EXECUÇÃO FISCAL

EMENTA:

PREVIDENCIÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. LEI 5.939, DE 1973, ART. 2º.

- À evidência, a Lei 5.939/73 não concedeu isenção às associações desportivas amadorísticas referente à contribuição previdenciária, apenas previu a hipótese de substituição da alíquota de 8% (oito por cento) para 5% (cinco por cento) da renda líquida quando houver espetáculos para os quais são cobrados ingressos.

- Validada do auto de infração.

- Apelação provida e remessa tida como interposta provida.

Apelação Cível nº 26.895 - CE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 14 de dezembro de 1993, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PROCESSUAL CIVIL - MS - COMPETÊNCIA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIDADE COATORA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA.

- Mandado de segurança coletivo impetrado contra suposto ato omissivo do Secretário de Polícia Federal. Ato omissivo. Não implantação do programa de auxílio-alimentação.

- Competência absoluta do juízo da sede da autoridade coatora para processar e julgar mandado de segurança.

- Anulação de sentença. Remessa dos autos à Seção Judiciária do Distrito Federal.

Apelação em Mandado de Segurança nº 32.869 - AL

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 11 de novembro de 1993, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - MS - ATO JUDICIAL - INDEFERIMENTO DE LIMINAR

EMENTA:

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA - ATP. PRESENÇA DO FUMUS BONI JURIS E DO PERICULUM IN MORA. ILEGALIDADE DO ATO JUDICIAL.

- O Adicional de Tarifa Portuária - ATP incide apenas sobre as operações realizadas com mercadorias exportadas ou importadas, objeto do comércio da navegação de longo curso. Não alcança, pois, os serviços prestados no porto, aos navios ou embarcações, que não correspondam às aludidas operações com mercadorias.

- Risco jurídico de dano patrimonial de difícil ou incerta reparação.

- Caracterização do fumus boni juris e do periculum in mora.

- Imperatividade do deferimento da liminar.

- Concessão da segurança.

Mandado de Segurança nº 99.998 - PB

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 03 de novembro de 1993, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL FGTS - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO EMBARGANTE

EMENTA:

FGTS. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO EMBARGANTE PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO.

JULGAMENTO DE ACORDO COM A LEI VIGENTE À ÉPOCA.

1 - A Constituição Federal de 1988, em seu art. 7º, consagrou a igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e o rural, garantindo a ambos o recolhimento do FGTS (inciso III).

2 - Contudo, a ação sub judice foi iniciada na vigência da Lei nº 3.807/60, e, por isso, é necessário decidir-se a lide com fundamento na legislação vigente à época.

3 - Apelação improvida para confirmar a sentença de primeiro grau.

Apelação Cível nº 25.351 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 16 de dezembro de 1993, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FAZENDA NACIONAL

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. SUCUMBÊNCIA DA FAZENDA NACIONAL.

1 - A fixação dos honorários advocatícios contra a Fazenda Nacional deve ser feita consoante apreciação equitativa do juiz, não estando ele obrigado a fixá-los em 5% sobre o valor da causa.

2 - Apelação improvida.

Apelação Cível nº 26.121 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 07 de dezembro de 1993, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MS - DÉBITO PREVIDENCIÁRIO - PAGAMENTO

EMENTA:

MANDADO DE SEGURANÇA. EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO. DÉBITO PREVIDENCIÁRIO.

PAGAMENTO. DISPENSA DE PRECATÓRIO. DEMONSTRAÇÃO DA NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 128 DA LEI 8.213/91. ÔNUS DO IMPETRANTE.

- Em mandado de segurança visando a dar efeito suspensivo a agravo contra ato judicial que determinou pagamento imediato de débito previdenciário, dispensando precatório, constitui ônus do impetrante a demonstração de que o valor do débito excede os limites estipulados no art. 128 da Lei 8.213 de 24.07.91.

- Segurança denegada.

Mandado de Segurança nº 10.676 - PB

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 12 de maio de 1993, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MS - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

EMENTA:

MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. DESCONTOS NA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES EM GREVE.

AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

- É competente a Justiça Federal para apreciar ato de Diretor do INSS que determinou o desconto de dias parados, na remuneração dos servidores em greve. CF, art. 109, VIII.

- A liminar que sustou os descontos manteve inalterada a legalidade do ato administrativo.

- O impetrante, desconstituída a liminar, poderá a qualquer tempo realizar tais descontos.

- Segurança denegada.

Mandado de Segurança nº 14.438 - PE

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 12 de maio de 1993, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - IAA - CONTRIBUIÇÃO - INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA.

- Pendência de ação da qual não deriva a suspensão da exigibilidade do crédito.

- Contribuição para o IAA.

- Matéria sobre a qual pacífica a jurisprudência quanto à legalidade da imposição.

- Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 37.590 - AL

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 07 de dezembro de 1993, por unanimidade)
PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO - DECISÃO CONCESSIVA DE LIMINAR

EMENTA:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIMINAR QUE DETERMINOU A LIBERAÇÃO DE MERCADORIA APREENHIDA EM VIRTUDE DE AUTO DE INFRAÇÃO. LAGOSTAS FILETADAS. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA CAUTELA.

- Alegação de infringência ao princípio da legalidade por ter portaria instituído proibição não prevista em lei.
- Mercadoria passível de perecimento se armazenada por longo período.
- Relevância dos fundamentos.
- Manutenção da decisão concessiva de liminar.
- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 2.746 - CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 14 de dezembro de 1993, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CAUTELAR - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR. REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO DE FUNCIONÁRIOS REGIDOS PELA CLT. SUSPENSÃO DAS RESPECTIVAS RESCISÕES CONTRATUAIS. LEI Nº 8.112/90. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA MEDIDA.

1 - Não restando provado, através dos respectivos contratos de trabalho, que os autores exerciam funções eventuais, ou temporárias, afigura-se que tenham regime implantado com a edição da Lei nº 8.112/90. Presença, portanto, do fumus boni juris.

2 - Pela presunção de danos de difícil reparação para os autores, envolvendo o seu próprio direito de subsistência caso permaneçam aguardando a decisão de mérito a ser proferida na ação principal, também encontra-se presente o periculum in mora.

3 - Apelação improvida.

Apelação Cível nº 34.311 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 07 de dezembro de 1993, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - PRODUÇÃO DE PROVAS - INDEFERIMENTO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRODUÇÃO DE PROVAS. INDEFERIMENTO. ARTIGOS 130 E 400, I, DO CPC.

- Ao magistrado cabe, de ofício ou a requerimento da parte, determinar a produção de provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou protelatórias, bem como o requerimento de inquirição de testemunhas sobre fatos já provados por documentos ou confissão da parte.
- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 2.705 - CE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 20 de outubro de 1993, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - CÁLCULOS - CORREÇÃO MONETÁRIA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE CÁLCULOS DE ATUALIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. SUCESSIVAS ATUALIZAÇÕES. POSSIBILIDADE.

- A correção monetária não constitui acréscimo, mas sim a preservação do valor da moeda e, em consequência, do valor da própria condenação. Possibilidade de tantas atualizações quanto bastem para a realização da prestação jurisdicional em sua plenitude
- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 2.849 - RN

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 16 de dezembro de 1993, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MEDIDA CAUTELAR PREPARATÓRIA - DEPÓSITO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR PREPARATÓRIA. DEPÓSITO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

- Admite-se o depósito cautelar com o fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário para, posteriormente, discutir, em ação principal, a constitucionalidade de exação cobrada pelo Fisco.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 37.464 - CE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 16 de dezembro de 1993, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. EMBARGOS INFRINGENTES. SUCUMBÊNCIA TOTAL. DISPENSADA INDICAÇÃO DIVERGÊNCIA DO VOTO VENCIDO NO ACÓRDÃO. INTERPRETAÇÃO. ART. 530, IN FINE, DO CPC.

- Desnecessária a indicação dos fundamentos do voto vencido no respectivo acórdão para a interposição dos embargos infringentes se a sucumbência foi total e não parcial como indica o art. 530, in fine, do CPC.

- Inexistente, assim, a omissão a ser sanada por meio dos presentes embargos declaratórios.

- Embargos rejeitados.

Embargos de Declaração em REO nº 17.062 - RN

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 20 de maio de 1993, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MS - PERDA DE OBJETO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. PERDA DE OBJETO.

- Perdeu o objeto o mandado de segurança impetrado para dar efeito suspensivo a agravo de instrumento interposto contra decisão concessiva de liminar para bloquear recursos destinados a municípios do Ceará e associações beneficentes enquanto perdurasse o processo de impeachment do Presidente da República.

- Julgado o mandamus após o encerramento do processo culminado pela cassação do mandato de COLLOR DE MELLO, restou superado o interesse processual em manter a demanda judicial, impondo-se a extinção do writ.

Mandado de Segurança nº 14.169 - CE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 30 de junho de 1993, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROCESSUAL PENAL - SEQÜESTRO - EXCLUSÃO DE BENS

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. SEQÜESTRO. EMBARGOS DE TERCEIRO. BENS ADQUIRIDOS ANTES DA ATIVIDADE DELITUOSA EXCLUÍDOS DO SEQÜESTRO.

1 - Somente são excluídos do seqüestro bens adquiridos com época anterior à ação delituosa - art. 125 do CPPB.

2 - Apelação improvida.

Apelação Cível nº 11.988 - PE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 17 de agosto de 1993, por unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - HC LIBERATÓRIO - PRISÃO EM FLAGRANTE

EMENTA:

HC LIBERATÓRIO. PRISÃO EM FLAGRANTE. RESISTÊNCIA E TENTATIVA DE HOMICÍDIO. SENTENÇA EXTRA PETITA. REMESSA OFICIAL.

1 - Cabendo ao juiz, de ofício, a concessão de ordem de habeas corpus, cabe-lhe, igualmente, conhecer de tal pedido, sob fundamento diverso do deduzido na inicial, se este lhe autoriza (art. 654, § 2º, do CPPB) a concessão de ordem, não havendo, no caso, como falar em sentença extra petita.

2 - Cuidando a espécie de prisão em flagrante pela prática de crimes em tese, e não se identificando nulidade alguma no auto de prisão, não se identifica ilegalidade na mesma, impondo-se, assim, modificar-se a sentença submetida ao exame do 2º grau.

3 - Recurso provido.

Recurso de Habeas Corpus nº 136 - CE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 03 de setembro de 1991, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA

PROCESSUAL TRABALHISTA - LIQUIDAÇÃO POR CÁLCULOS - HOMOLOGAÇÃO

EMENTA:

PROCESSO TRABALHISTA. LIQUIDAÇÃO POR CÁLCULOS. HOMOLOGAÇÃO. IRRECORRIBILIDADE.

- Da sentença de liquidação trabalhista não cabe recurso. Somente nos embargos à execução é possível impugná-la - art. 884, § 3º, da CLT.

- Apelação interposta, mas distribuída como recurso ordinário, ambos incabíveis.

Recurso Ordinário nº 715 - RN

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 11 de novembro de 1993, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS - INCIDÊNCIA DA TRD - IMPOSSIBILIDADE

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DA TRD, A PARTIR DE MARÇO DE 1991, SOBRE TRIBUTOS.

IMPOSSIBILIDADE.

1 - O caráter jurídico da TR é predominantemente remuneratório dos valores financeiros em curso no mercado de capital. O seu valor é apurado com base na oscilação provocada pelas transações com títulos e valores, recebendo reflexos da mobilidade gerada pela compra e venda dos mesmos, tendo sempre em consideração, de modo exclusivo, as variações do custo primário de captações de depósito a prazo fixo.

2 - Tendo a TR, por conceituação legal, uma função específica, em nenhum momento, mesmo que seja por autorização legal, pode ter função de índice de variação do poder aquisitivo de moeda.

3 - Precedente do colendo Tribunal Federal ao apreciar, em fase cautelar, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 768-8/600, que reconheceu a sua não aplicação, como fator de correção monetária, nas operações de crédito rural.

4 - Interpretação autêntica concluindo por tal posicionamento que foi dada pela Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 80, ao determinar que "fica autorizada a compensação do valor pago ou recolhido a título de encargo relativo à Taxa Referencial Diária - TRD, acumulada entre a data da ocorrência do fato gerador e a do vencimento dos tributos e contribuições federais, inclusive previdenciários, pagos ou recolhidos a partir de 4 de fevereiro de 1991."

5 - Apelação provida.

Apelação Cível nº 28.463 - PE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 23 de novembro de 1993, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IOF - DEPÓSITOS JUDICIAIS

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. IOF. DEPÓSITOS JUDICIAIS. NÃO INCIDÊNCIA.

1 - Os depósitos judiciais não foram considerados, quando da sua liberação, como causa incidental para pagamento do IOF, pela Lei nº 8.033, de 12.04.90.

2 - A Instrução Normativa nº 62/90, que enquadrou no conceito de aplicações financeiras para efeitos da incidência do IOF os depósitos judiciais, vai de encontro ao disposto na Lei nº 8.033, de 12.04.90, pelo que não tem eficácia e efetividade.

3 - O princípio da legalidade impede a criação, por simples instrução normativa, de fato gerador de tributo.

4 - Os depósitos judiciais não são operações de crédito, por não terem característica de negócio jurídico. A função dos referidos depósitos é garantir a efetividade da decisão proferida no processo.

5 - Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação em Mandado de Segurança nº 31.815 - PE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 07 de dezembro de 1993, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO - ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA. TRIGO. PORTARIA Nº 938, DE 07.12.1991.

1 - O imposto de importação é um tributo que tem função predominantemente extrafiscal.

2 - É legal o aumento de suas alíquotas por ato do Poder Executivo no curso do exercício financeiro, haja vista não se submeter, por determinação constitucional, ao princípio da anterioridade da lei ao exercício financeiro.

3 - A carga tributária do referido imposto há de ser apurada no momento da ocorrência do fato gerador.

4 - Irrelevante para se apurar qual a alíquota vigente o momento da expedição da Guia de Importação.

5 - Inexiste direito adquirido contra princípios explícitos postos na Constituição Federal.

6 - A segurança jurídica está implantada quando se interpreta de modo horizontal os dispositivos legais aplicados a qualquer fenômeno jurídico.

7 - Não há de se falar em violação ao princípio da irretroatividade das leis, em caso de exigência do imposto de importação, se a Portaria que elevou a alíquota para a operação de trigo foi expedida e publicada antes da ocorrência do fato gerador. Este, em se tratando de imposto de importação, é o momento da entrada da mercadoria em território nacional.

8 - Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 37.100 - CE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 16 de dezembro de 1993, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - CONVERSÃO EM UFIR

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. CONVERSÃO EM UFIR.

- Publicada a Lei 8.383/91 no último dia do ano base, é válida a previsão de conversão das cotas de pagamento em UFIR, para atualização monetária.

- Apelo improvido.

Apelação em Mandado de Segurança nº 37.514 - RN

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 07 de dezembro de 1993, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IR - MICROEMPRESA - ISENÇÃO

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. FIRMA DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. CARACTERIZAÇÃO COMO MICROEMPRESA.

- Não inclusão no elenco de empresas constante do art. 51 da Lei 7.713/88.

- Isenção do imposto de renda.

- Apelo e remessa improvidos.

Apelação em Mandado de Segurança nº 37.722 - RN

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 07 de dezembro de 1993, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO - ATP - INCIDÊNCIA

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. ADICIONAL À TARIFA PORTUÁRIA. LEI Nº 7.700/88.

- Limites de sua incidência às operações que envolvam mercadorias importadas ou exportadas.

- Os serviços portuários descritos no Decreto nº 24.508/34, que visam a atender exclusivamente as embarcações, estão fora do alcance da ATP.

- Remessa improvida.

Remessa "Ex Officio" nº 37.578 - AL

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 07 de dezembro de 1993, por unanimidade)

Boletim 53 - março de 1994